

CONTRATO PARA OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

Pelo presente instrumento particular entre as partes, de um lado (a) B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO, sociedade por ações com sede social na Praça Antonio Prado, 48, 7º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.346.601/0001-25, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante designada “B3”) e, de outro lado, (b) [FUNDO], (doravante designado “Fundo”, e, em conjunto com a B3, “Partes”), e com a interveniência e anuência de (c) Banco BM&FBOVESPA e Serviços de Liquidação e Custódia S.A. sociedade por ações com sede social na Rua Líbero Badaró, 471, 4º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº [=], neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante designado “Banco BM&FBOVESPA”), gestor e administrador do Fundo.

CONSIDERANDO QUE:

- I.** A B3 é administradora da Câmara de Compensação e Liquidação BM&FBOVESPA, que atua como contraparte central na compensação e liquidação de operações cursadas nos mercados organizados administrados pela B3 ou para outros mercados em relação aos quais preste o aludido serviço (“Câmara BM&FBOVESPA”);
- II.** O Fundo é um fundo de investimento cujas cotas são detidas exclusivamente por membros de compensação, participantes de negociação plenos e participantes de liquidação da Câmara BM&FBOVESPA (“Participantes”) e pela B3, integralizadas mediante a conferência de títulos públicos federais, (“TPF”) e recursos em espécie (moeda local), conforme e de acordo com o estabelecido no Regulamento da Câmara de Liquidação e Compensação BM&FBOVESPA (“Regulamento da Câmara”), no Manual de Administração de Risco da Câmara de Compensação e Liquidação BM&FBOVESPA (“Manual de Risco”), no Regulamento de Acesso da BM&FBOVESPA (“Regulamento de Acesso”) e no Manual de Acesso da BM&FBOVESPA (“Manual de Acesso” e, em conjunto com o Regulamento da Câmara, Manual de Risco e Regulamento de Acesso, “Normativos”);
- III.** As cotas do Fundo constituem contribuição dos Participantes e da B3 (i) ao fundo de liquidação da Câmara BM&FBOVESPA ou (ii) como garantia mínima não operacional, nos termos dos Normativos e da legislação e regulamentação aplicável;
- IV.** A B3 e o Fundo desejam estabelecer os termos e condições para a contratação de operações de empréstimo de TPF, garantidas por valores mobiliários e/ou ativos financeiros (i) admitidos à negociação na B3 e objeto de liquidação multilateral pela Câmara BM&FBOVESPA ou (ii) aceitos em garantia pela Câmara BM&FBOVESPA (“Ativos”), com o intuito exclusivo de prover liquidez à Câmara BM&FBOVESPA em casos de falha de pagamento, por parte de membros de compensação, de obrigações relativas à compensação e liquidação de operações com relação às quais a Câmara BM&FBOVESPA atue como contraparte central (“Operações de Empréstimo”); e
- V.** As Partes desejam estabelecer as condições gerais que regerão as Operações de Empréstimo;

RESOLVEM, as Partes, celebrar o presente Contrato para Operações de Empréstimo de Títulos Públicos Federais (“**Contrato**”), o qual se regerá pelas seguintes cláusulas, termos e condições.

CLÁUSULA 1ª – DEFINIÇÕES

1.1. Os termos definidos nesta cláusula terão os significados aqui especificados e/ou, de forma subsidiária, em negrito nos Normativos, em especial, no glossário da B3.

“**Adimplemento por Dação em Pagamento dos Ativos**” tem o significado estabelecido na Cláusula 3.2.

“**Adimplemento por Transferência de TPF**” tem o significado estabelecido na Cláusula 3.2.

“**Banco BM&FBOVESPA**” tem o significado estabelecido no preâmbulo.

“**Câmara BM&FBOVESPA**” tem o significado estabelecido no item “I” dos Considerandos.

“**Data de Contratação**” significa, com relação a uma Operação de Empréstimo, a data na qual as Partes realizam e/ou acordam os termos e condições da Operação de Empréstimo.

“**Confirmação**” significa, com respeito a uma Operação de Empréstimo, o documento que confirma os termos e condições da Operação de Empréstimo, na forma do modelo constante do Anexo 2.1 a este Contrato, sem prejuízo de eventuais alterações que as Partes venham a acordar para a respectiva Operação de Empréstimo.

“**Contrato**” tem o significado estabelecido nos Considerandos.

“**Data de Vencimento**” é a data estabelecida pelas Partes em cada Confirmação como sendo o a data máxima para o adimplemento da Operação de Empréstimo nos termos da Cláusula 3.2, ou o Dia Útil subsequente, no caso de ocorrer o previsto na Cláusula 3.2.5.

“**Dia Útil**” conforme definido pelo Banco Central do Brasil, qualquer dia que não sábado e domingo em que instituições financeiras e a Câmara BM&FBOVESPA mantêm expediente comercial em geral (inclusive para negociações de câmbio de moeda estrangeira).

“**Diferença Negativa**” tem o significado estabelecido na Cláusula 3.2.

“**Diferença Positiva**” tem o significado estabelecido na Cláusula 3.2.

“**Fundo**” tem o significado estabelecido no Preâmbulo.

“**Manual de Acesso**” tem o significado estabelecido no item “II” dos Considerandos.

“**Manual de Risco**” tem o significado estabelecido no item “II” dos Considerandos.

“**Normativos**” tem o significado estabelecido no item “II” dos Considerandos.

“**Obrigação Inadimplida**” tem o significado estabelecido na Cláusula 2.1.

“**Operações de Empréstimo**” tem o significado estabelecido no item “IV” dos Considerandos.

“**Parte**” tem o significado estabelecido no Preâmbulo.

“**Participantes**” tem o significado estabelecido no item “II” dos Considerandos.

“**Regulamento da Câmara**” tem o significado estabelecido no item “II” dos Considerandos.

“**Regulamento de Acesso**” tem o significado estabelecido no item “II” dos Considerandos.

“**Sistema de Registro**” tem o significado estabelecido na Cláusula 4.1.

“**Taxa de Remuneração**” [==]

“**TPF**” tem o significado estabelecido no item “II” dos Considerandos.

“**Ativos**” tem o significado estabelecido no item “IV” dos Considerandos.

“**Venda dos Ativos**” tem o significado estabelecido na Cláusula 3.2.

CLÁUSULA 2ª - CONTRATAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS PÚBLICOS

2.1. As Operações de Empréstimo serão contratadas por solicitação da B3, e a seu exclusivo critério, na hipótese de falha de pagamento, por parte de membros de compensação, de obrigações relativas à compensação e liquidação de operações com relação às quais a Câmara BM&FBOVESPA atue como contraparte central (“Obrigação Inadimplida”).

2.2. Os termos e condições complementares pertinentes a cada Operação de Empréstimo serão definidos e contratados imediatamente, mediante solicitação por meio de ligação telefônica gravada, por e-mail e/ou por qualquer outro meio eletrônico usualmente aceito para tanto, na Data de Contratação.

2.2.1 Na Data de Contratação, as Partes deverão formalizar a contratação da Operação de Empréstimo mediante assinatura, pelas Partes, da respectiva Confirmação, que conterá, no mínimo, as informações constantes do Anexo 2.1 ao presente Contrato, inclusive as características dos TPF objeto da Operação de Empréstimo, dos Ativos que garantem a Operação de Empréstimo, a Data de Vencimento e a Taxa de Remuneração.

2.2.2. Sem prejuízo do envio da Confirmação pelo Banco BM&FBOVESPA à B3 nos termos da Cláusula 2.2.1 acima, as Partes declaram e acordam que cada Operação de Empréstimo estará devidamente contratada mediante o acordo de seus termos e condições na forma indicada na Cláusula 2.2 acima, constituindo-se, desde então, em uma obrigação

válida e eficaz para as Partes, exequível de acordo com seus respectivos termos e condições.

2.3. Uma vez contratada a Operação de Empréstimo na forma indicada na Cláusula 2.1 acima, o Fundo obriga-se a transferir à B3, na Data de Contratação, os TPF objeto da Operação de Empréstimo, mediante a prestação de garantia, pela B3, sobre os Ativos.

2.3.1. Apenas poderão ser utilizados como garantia da Operação de Empréstimo os Ativos que (i) sejam objeto da Obrigação Inadimplida e tenham sido bloqueadas pela Câmara BM&FBOVESPA para entrega ao comitente comprador, quando este ou o Participante por ele responsável tiver dado causa à Obrigação Inadimplida, nos termos dos Normativos; ou (ii) estejam depositadas em garantia perante a Câmara BM&FBOVESPA pelo comitente ou pelo Participante por ele responsável que tiver dado causa à Obrigação Inadimplida, desde que sob responsabilidade de Participante responsável pela Obrigação Inadimplida, nos termos dos Normativos.

2.3.2. A B3 obriga-se a pagar ao Fundo, na Data de Vencimento, a Taxa de Remuneração.

2.4. Para efeitos de definição do valor dos Ativos que garantem cada Operação de Empréstimo, serão aplicados os mesmos critérios de deságio estabelecidos para aceitação de garantias pela Câmara BM&FBOVESPA, nos termos dos Normativos.

2.4. As Partes acordam que (i) os TPF podem ser movimentados livremente pela B3 durante o prazo da Operação de Empréstimo, de acordo com a regulamentação em vigor; e (ii) os Ativos não poderão ser movimentados livremente pelo Fundo, exceto nas hipóteses de Adimplemento por Dação em Pagamento dos Ativos, conforme definido na Cláusula 3.2 abaixo.

CLÁUSULA 3ª – VENCIMENTO DAS OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS PÚBLICOS E PAGAMENTO

3.1. Até a Data de Vencimento, inclusive, a B3 poderá, a qualquer momento, resolver qualquer Operação de Empréstimo, por meio de seu adimplemento, mediante:

(a) a transferência imediata dos TPF, inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus, ao Fundo, acrescidos de todos os juros, amortizações, remunerações ou quaisquer outros proventos que tenham sido distribuídos no período e o pagamento da Taxa de Remuneração, sendo certo que, nesse caso, será imediatamente extinta a garantia sobre os Ativos prestada pela B3, mantendo-se todos os juros, amortizações, remunerações ou quaisquer outros proventos que tenham sido distribuídos no período (“Adimplemento por Transferência de TPF”); ou

(b) exclusivamente na hipótese indicada na Cláusula 3.2.3, a dação em pagamento dos Ativos ao Fundo e o pagamento da Taxa de Remuneração que, nesse caso, deverá ser:

(i) acrescida da eventual diferença, se positiva, entre o valor dos TPF apurado na data de liquidação da venda dos Ativos e o valor resultante da venda dos Ativos pelo Fundo (“Venda dos Ativos”), acrescidos de todos os juros, amortizações, remunerações ou quaisquer outros proventos que tenham sido distribuídos no período, até a data da venda dos Ativos em mercado pelo Fundo (“Diferença Positiva”); ou

(ii) decrescida do valor absoluto de eventual diferença, se negativa, entre o valor dos TPF apurado na data de liquidação da venda dos Ativos e o valor resultante da Venda dos Ativos, acrescidos de todos os juros, amortizações, remunerações ou quaisquer outros proventos que tenham sido distribuídos no período, até a data da Venda dos Ativos em mercado pelo Fundo (“Diferença Negativa”) (“Adimplemento por Dação em Pagamento dos Ativos”).

3.2.1. O Fundo deverá envidar seus melhores esforços para que a venda dos Ativos mencionada na Cláusula 3.2(b) acima ocorra na data de sua transferência ao Fundo, exceto nas hipóteses em que a liquidez dos Ativos e/ou as condições de mercado assim não permitam.

3.2.2. Na hipótese de Adimplemento por Transferência de TPF, a Taxa de Remuneração deverá ser paga pela B3 ao Fundo em até 1 (um) Dia Útil contado da Data de Vencimento.

3.2.3. O Adimplemento por Dação em Pagamento dos Ativos poderá ser solicitado pela B3 exclusivamente na hipótese de o membro de compensação responsável pela Obrigação Inadimplida que originou a contratação da Operação de Empréstimo ser declarado inadimplente pela Câmara BM&FBOVESPA, nos termos dos Normativos.

3.2.4. Na hipótese de Adimplemento por Dação em Pagamento dos Ativos, o pagamento da Taxa de Remuneração, acrescida de eventual Diferença Positiva ou decrescida de eventual Diferença Negativa, se resultar positiva, deverá ser paga pela B3 ao Fundo em até 4 (quatro) Dias Úteis contados da data em que ocorrer a venda dos Ativos ou em até 6 (seis) Dias Úteis contados da Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro.

3.2.4. Na hipótese de a Diferença Negativa ser superior à Taxa de Remuneração, o Fundo deverá pagar o respectivo saldo à B3 até 4 (quatro) Dias Úteis contados da data em que ocorrer a venda dos Ativos ou em até 6 (seis) Dias Úteis contados da Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro.

3.2.5 Na hipótese de a Data de Vencimento não ser Dia Útil, a mesma será prorrogada automaticamente para o Dia Útil subsequente.

CLÁUSULA 4ª – REGISTRO DAS OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO

4.1. As Operações de Empréstimo serão levadas a registro em sistema de registro autorizado pelos órgãos regulatórios competentes (“Sistema de Registro”).

CLÁUSULA 5ª - DECLARAÇÕES

5.1 O Fundo, neste ato, declara e garante à B3 que as seguintes informações são verdadeiras, completas e precisas, na presente data:

5.1.1. O Fundo foi regularmente constituído sob a forma de condomínio e é validamente existente sob as Leis da República Federativa do Brasil e da regulamentação aplicável e tem plena capacidade para figurar como parte de relações jurídicas e para ser

proprietário, possuir e dispor de seus ativos, bem como para conduzir suas atividades e negócios. Dessa forma, o Fundo tem a capacidade, o poder e a autoridade para (a) celebrar o presente Contrato e todos os demais documentos e instrumentos aplicáveis na forma aqui prevista para a realização das operações previstas neste Contrato; (b) cumprir com as obrigações por ele assumidas neste Contrato e nos demais documentos e instrumentos relacionados à implementação das operações previstas neste Contrato; e (c) consumir as operações na forma aqui contempladas, sendo que tais operações foram examinadas e aprovadas pelas Partes.

5.1.2. Este Contrato e demais documentos e instrumentos aqui contemplados para a realização da Operação de Empréstimo constituem (ou constituirão conforme sejam firmados a posteriori na forma requerida no presente Contrato) obrigação legal, válida e vinculante do Fundo, exequível de acordo com seus termos.

5.1.3. O Fundo reforça que a assinatura, formalização e cumprimento deste Contrato não infringem nem divergem de qualquer lei ou regulamento aplicável, nem tampouco infringem ou divergem de qualquer disposição de seus atos constitutivos, nem de qualquer ordem ou sentença formulada por qualquer juízo ou outro órgão governamental aplicável, nem a qualquer de seus ativos, nem, ainda, às restrições contratuais ou políticas internas a que esteja vinculada, que a afetem ou que afetem quaisquer de seus ativos.

5.1.4. O Fundo declara ser legítimo e pleno proprietário dos TPFs e declara que estes se encontram inteiramente negociáveis e livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, pendências judiciais ou extrajudiciais ou restrições.

5.2 A B3, neste ato, declara e garante ao Fundo que as seguintes informações são verdadeiras, completas e precisas, na presente data:

5.2.1. A B3 é uma sociedade por ações regularmente constituída e validamente existente sob as Leis da República Federativa do Brasil e da regulamentação aplicável e tem plena capacidade para figurar como parte de relações jurídicas e para ser proprietária, possuir e dispor de seus ativos, bem como para conduzir suas atividades e negócios. Dessa forma, a B3 tem a capacidade, o poder e a autoridade para (a) celebrar o presente Contrato e todos os demais documentos e instrumentos aplicáveis na forma aqui prevista para a realização das operações previstas neste Contrato; (b) cumprir com as obrigações por ela assumidas neste Contrato e nos demais documentos e instrumentos relacionados à implementação das operações previstas neste Contrato; e (c) consumir as operações na forma aqui contempladas, sendo que tais operações foram examinadas e pelas Partes

5.2.2. Este Contrato e demais documentos e instrumentos aqui contemplados para a realização da Operação de Empréstimo constituem (ou constituirão conforme sejam firmados a posteriori na forma requerida no presente Contrato) obrigação legal, válida e vinculante da B3 exequível de acordo com seus termos.

5.2.3. A B3 reforça que a assinatura, formalização e cumprimento deste Contrato não infringem nem divergem de qualquer lei ou regulamento aplicável, nem tampouco infringem ou divergem de qualquer disposição de seus atos constitutivos, nem de qualquer ordem ou sentença formulada por qualquer juízo ou outro órgão governamental

aplicável, nem a qualquer de seus ativos, nem, ainda, às restrições contratuais ou políticas internas a que esteja vinculada, que a afetem ou que afetem quaisquer de seus ativos.

5.2.4. A B3 declara que, nas hipóteses previstas no presente Contrato, tem plena capacidade para transferir a titularidade, bem como dar em pagamento os Ativos que foram depositados em garantia na Câmara BM&FBOVESPA nos termos da Lei 10.214 e dos Normativos e declara que estes se encontram inteiramente negociáveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, pendências judiciais ou extrajudiciais ou restrições.

CLÁUSULA 6ª - DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 Este Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus respectivos sucessores a qualquer título.

6.2 As Partes desde já reconhecem como vinculativos, líquidos, certos e exigíveis, inclusive para fins de cobrança mediante execução, as suas obrigações em relação a cada uma das Operações de Empréstimo.

6.3 A Parte que deixar de cumprir qualquer obrigação de pagamento deverá pagar juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, acrescidos de multa não-compensatória equivalente a 2% (dois por cento) sobre a quantia vencida, pelo período compreendido entre a Data de Vencimento e a data em que o pagamento for efetivamente efetuado, a qual será corrigida monetariamente com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, segundo a menor periodicidade permitida por lei.

6.4 As Partes concordam que nenhuma falha ou atraso no exercício do direito, autoridade ou prerrogativa expressos neste Contrato, nos Normativos ou em lei, devem ser caracterizados como motivo de não cumprimento de suas obrigações, e que nenhum compromisso individual ou parcial poderá impedir cumprimentos de qualquer outro compromisso, futuro ou atual, bem como impedir o exercício do direito, autoridade ou prerrogativa das Partes especificadas neste Contrato.

6.5 O fato de qualquer das Partes não exigir, a qualquer tempo, o cumprimento de qualquer obrigação da outra Parte não será interpretado como renúncia ou novação de qualquer obrigação, tampouco deverá afetar o direito de exigir o cumprimento das demais obrigações aqui contidas.

6.6 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das Cláusulas deste Contrato e seus anexos não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas.

6.7 Os direitos e obrigações previstos neste Contrato e seus anexos não poderão ser cedidos e/ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das Partes, exceto quando tal cessão for expressamente autorizada pelas Partes.

6.8 Os tributos, contribuições sociais e outros encargos fiscais devidos em decorrência da execução do presente Contrato serão recolhidos pelo contribuinte e, quando for o caso, retidos pelo responsável tributário, assim definidos na legislação tributária em vigor.

6.9 Qualquer alteração ao presente Contrato ocorrerá somente mediante aditamento a ser firmado pelas Partes.

6.10 O término deste Contrato, por qualquer motivo, não afeta a responsabilidade das Partes no que tange às obrigações de confidencialidade.

6.11 As Partes não serão responsáveis pela inexecução total ou parcial deste Contrato e seus anexos, se resultantes de caso fortuito ou de força maior.

6.12 Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis vigentes da República Federativa do Brasil.

6.13 Este Contrato constitui o acordo e os entendimentos integrais entre as Partes, substituindo todos os acordos ou entendimentos anteriores, verbais ou escritos.

6.14 As Partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo/SP para dirimir todas e quaisquer questões, disputas ou controvérsias decorrentes deste Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam este Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, [dia] de [mês] de 2017.

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

[FUNDO]

E, como interveniente anuente,

BANCO BM&FBOVESPA E SERVIÇOS DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA S.A.

Testemunhas:

1. _____

Nome:

R.G.:

2. _____

Nome:

R.G.